

O mártir, o humanista, o pedagogo: a contemporaneidade de Rui Barbosa e a educação nas comemorações do centenário de seu nascimento (1949)¹

Martyr, humanist, pedagogue: the contemporaneity of Rui Barbosa and the Education in the commemorations of the centenary of his birth (1949)

Luciano Mendes de Faria Filho²

RESUMO

Este artigo busca analisar as intervenções de três intelectuais brasileiros – Clemente Mariani, Lourenço Filho e Fernando Azevedo – na celebração do centenário de Rui Barbosa em 1949. Mais especificamente, analisa como eles abordam a questão da educação na obra de Rui Barbosa. O texto estabelece uma relação entre as celebrações do centenário e a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa, atividade esta cujo investimento inicial data do final da década de 1930 e que logrou publicar o primeiro tomo das obras em 1942. Ambos os movimentos – a publicação das Obras Completas e a celebração do centenário – fazem parte de um mesmo investimento de demonstrar, a um só tempo, a atuação marcante do jurista, político e intelectual baiano na defesa das mais nobres causas, dentre elas a da educação,

1 Este texto é fruto do trabalho desenvolvido como parte de minhas atividades de Pós-Doutoramento junto ao Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) sob supervisão da Prof.^a Lucília Almeida Neves, a quem agradeço pela acolhida e pela troca de ideias. A pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e com a colaboração dos colegas do Centro de Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e dos funcionários e pesquisadoras da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), sem os quais a pesquisa não teria sido possível.

2 Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Av. Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha. CEP: 31270-901.

e a sua contemporaneidade na discussão dos grandes desafios que marcam o país naquele momento.

Palavras-chave: pensamento educacional; intelectuais; Casa de Rui Barbosa.

ABSTRACT

This article aims at analyzing the interventions of three Brazilian scholars – Clemente Mariani, Lourenço Filho, and Fernando Azevedo – in the celebration of Rui Barbosa’s centenary in 1949. It specifically analyzes the way they approach the question of Education in Rui Barbosa’s work. We establish a connection between the commemorations of the centenary and the publication of his Complete Works, an activity to which the initial investment dates from the late 1930’s, and that managed to publish the first volume in 1942. Both movements – the publication of the Complete Works, and the celebration of the centenary – are part of a same effort in demonstrating, at the same time, the outstanding performance of Bahia’s jurist, politician, and scholar, in the defense of the noblest causes – Education among them –, and his contemporaneity in the discussion of the great challenges that marked the country at that time.

Keywords: educational thinking; scholars; House of Rui Barbosa.

Introdução

Em 1949 comemorou-se em vários pontos do território nacional o centenário de nascimento de Rui Barbosa. Foram muitos e intensos os festejos; tão ou mais importantes do que aqueles havidos por ocasião do “jubileu cívico literário” de Rui Barbosa, ocorrido no ano de 1918, os quais comemoram o primeiro aparecimento público do jurista baiano (GONÇALVES, 2000). A principal responsável pelas atividades era a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), instituição dirigida por Américo Jacobina Lacombe, que vinha, há mais de uma década, dedicando-se fundamentalmente à edição das obras completas do patrono da Casa (FARIA FILHO, 2012). Por isso, ao estabelecer o programa de trabalho da instituição para 1948, o diretor enfatizava, que “o principal ponto do trabalho a ser executado no corrente ano é a preparação das comemorações do centenário de Rui Barbosa em 1949” (FCRB, 1948, p. 9)³.

3 Há um conjunto significativo de trabalhos que analisam a obra de Rui Barbosa no campo da educação. Dentre os trabalhos publicados na área de educação sobre o pensamento de Rui Barbosa,

Em relação ao ano do centenário, que logo se iniciará, adverte que “quanto à preparação do centenário de Rui Barbosa, funcionou regularmente a Comissão constituída para esse fim” (FCRB, 1948, p. 9). Tal comissão, composta por Rodrigo Melo Franco de Andrada, Augusto Meyer, Thiers Martins Moreira e Luiz Camillo de Oliveira Neto, fora nomeada em 14 de janeiro de 1947, tendo apresentado um amplo plano de atividades, o qual fora aprovado pelo ministro ainda no final daquele ano e posto em execução. Dizia Lacombe, a respeito da aprovação do plano, que “com o apoio indefectível de V. Ex. as comemorações do centenário de Rui há de se realizar com o brilho que a nação espera” (p. 9). Segundo o diretor, em 1948,

Foram constituídos representantes, junto à comissão, de quase todos os ministérios, de órgãos do poder judiciário, bem como dos governos estaduais. A comissão está providenciando ativamente uma série de publicações comemorativas do centenário – biografia – livros infantis – álbum – monografias-; organizando uma série de conferências já iniciadas; - traçando o plano de uma exposição comemorativa com o respectivo catálogo (FCRB, 1948, p. 2).

Relata, ainda, iniciativas junto ao Legislativo no sentido de instituir o Feriado Nacional e uma Medalha Comemorativa. Em relatório de 30 de janeiro de 1949, acrescenta que:

O ano de 1949, ano do centenário de Rui Barbosa, será o ano mais importante na história dessa casa. Ela contribuirá para tal acontecimento com uma exposição histórica, com um catálogo da mesma, e com publicações que deverão estar à altura da importância e da repercussão daquela comemoração.

O planejamento de tal exposição, a cargo do artista Tomás de Santa Rosa, será em breve objeto de estudos por parte da Comissão para a sua execução (FCRB, 1949, p. 8-9).

na última década, eu gostaria de ressaltar o de Vera T. Valdemarin (2000) e o de Maria C. Machado (2002). Em seu livro, de modo especial, Maria Cristina Machado faz uma criteriosa revisão das representações sobre o jurista baiano construídas no campo da educação, desde os estudos mais clássicos até aqueles mais contemporâneos. Esse trabalho ganhou o Concurso Nacional de Ensaios, da FCRB em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Nestlé de Cultura, em 1990. Não encontrei, no entanto, nenhum trabalho que tenha se ocupado especificamente da investigação sobre as comemorações do centenário.

O relatório da Casa referente ao ano de 1949, apresentado pelo diretor em 18 de fevereiro de 1950, detalha o conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do centenário. Afirma que

as comemorações do Centenário decorreram de maneira perfeitamente de acordo com nossa expectativa. O entusiasmo popular manifestado por ocasião da transladação dos restos mortais, quer na Capital, quer na Bahia, revelou o clima em que a nação assistia ao transcurso do primeiro século da existência de Rui Barbosa (FCRB, 1950, p. 4-5).

Dentre as atividades relacionadas à edição, chama a atenção para o livro escrito, sob encomenda, por Cecília Meireles (1949):

Impressão de uma biografia de Rui Barbosa para crianças de autoria da escritora Cecília Meireles. Tal trabalho, numa tiragem de 90.000 exemplares foi distribuído por todas as escolas do país que atenderam ao nosso apelo enviando a relação dos alunos do último ano. A distribuição desse volume por todo o território nacional foi feita com a patriótica e valiosa cooperação das Forças Aéreas Brasileiras (FCRB, 1950, p. 6).

Na verdade, no que se refere às edições, 1949 foi um ano atípico e de muito movimento para a Casa. Não apenas foi dada sequência à publicação das Obras Completas, como foi publicado um impressionante número de livros e separatas dos textos das conferências pronunciadas na instituição e em vários outros órgãos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. O Quadro 1, a seguir, permite-nos visualizar melhor o movimento para o qual chamo atenção.

Chama a atenção o fato de que, ao final de 1949, 38 tomos das obras completas haviam sido publicados e outros 37 se encontravam preparados⁴. Para se ter uma dimensão do que representou o esforço de Lacombe e do pessoal da Casa na primeira década de trabalho, basta ver que a edição do centésimo tomo das Obras Completas – Discursos Parlamentares, 1914 – somente foi concluída em 1973, com prefácio e notas do Lacombe, ou que, significativamente, os 75

4 Só para efeitos de comparação, segundo levantamento de Fábio Franzini (2010), a Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freire e, depois, por Otávio Tarquínio, na José Olympio, publicou 60 volumes entre 1936 e 1949.

tomos organizados na primeira década representam mais da metade de tudo que se publicou das Obras Completas até hoje. Do mesmo modo, se retirarmos da contagem das obras publicadas antes de 1949, as coleções de cartões postais e as separatas das conferências – pois, na verdade, são reedições de textos já publicados – veremos que a Casa publicou, somente em 1949, a mesma quantidade que publicara até então, aproximando-se, assim, muito mais de uma *Casa Editora* do que de uma *Casa Museu*.

Natureza da publicação	Publicados	Prontas	Total	Publicados em 1949
Tomo das Obras Completas	38	37	75	9
Publicações da CRB – Conferências	2	0	2	0
Separata das Conferências	7*	0	7	0
Relatório	1**	0	1	1
Texto sobre Rui	28	0	28	23
Texto avulso de Rui	2	0	2	2
Catálogo da Biblioteca	1	0	1	0
Coleção de Postais sobre CRB	2	0	2	0
Biografia	1	0	1	1
Anais	1	0	1	1
Total	83	37	111	37

QUADRO 1 - BALANÇO DAS PUBLICAÇÕES DA FCRB ATÉ 1949

* A separata do texto da conferência de Homero Pires, *Rui e os livros*, teve quatro edições no período.

** Em 1946 foi publicado um relatório com as *Realizações* da FCRB. No entanto, a edição deste foi de responsabilidade do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.

Dos 28 livros sobre Rui Barbosa publicados em 1949, 27 têm quase o mesmo formato. São brochuras medindo em torno de 16 x 23 cm, com capas com orelhas em papel cartão. Eles têm entre 28⁵ e 263⁶ páginas, sendo que muitos têm mais de 100 páginas. A exceção a este formato padrão é o livro *Rui e a caricatura*, de Herman Lima, que mede 24 x 32 cm e tem 108 páginas ricamente ilustradas com as caricaturas que se publicou sobre Rui Barbosa ao longo de sua vida pública.

Se 1949 foi um ano atípico para a Casa de Rui Barbosa, não o foi menos para as hostes de ruistas espalhados por todo o Brasil. É impossível precisar o número de eventos, pronunciamentos e publicações em homenagem ao centenário de Rui Barbosa. O que se pode afirmar com segurança é que praticamente todas as principais instituições educativas, culturais e políticas do país prestaram-lhe homenagens. No entanto, se tudo era festa, nem tudo eram flores

5 Silva (1949), com 28 páginas.

6 Bastos (1949), com 263 páginas.

na comunidade ruiana: ao publicar na revista *O Cruzeiro* de 24 de dezembro de 1949, um conjunto de charges sobre o que de mais importante ocorrera em cada mês do ano findo, o chargista Millôr Fernandes (sob o pseudônimo Vão Gogo), representa o mês de novembro por meio de charges em que as pessoas estão em luta e do seguinte texto: “Transcorre o centenário de Rui e em seu nome briga-se, mata-se, ofende-se, ataca-se, defende-se, excomunga-se e abençoa-se” (p. 65)

A educação nas conferências do centenário

Como salientamos, houve uma grande mobilização em 1948 e 1949 em torno do centenário de Rui Barbosa. Houve, como já se informou, uma Comissão Nacional organizadora das atividades do centenário, nomeada pelo Presidente da República, que teve a seu encargo a organização e/ou o incentivo aos festejos em todo o Brasil. Na capital da República, coube à FCRB um número significativo de atividades oficiais, dentre elas a principal, a da cerimônia de transladação dos restos mortais de Rui para a Bahia.

No que se refere à educação, três dos mais importantes nomes da área, no Brasil, se manifestaram sobre o tema. São eles: Clemente Mariani, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, que se ocupara do tema em outras ocasiões⁷. É desses textos que trataremos aqui.

Clemente Mariani: Rui e a Educação

Em novembro de 1949, por ocasião das comemorações do centenário de Rui Barbosa, o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, foi convidado para fazer duas conferências sobre o jurista baiano. A primeira, no dia 3 de novembro, na FCRB, no ato de transladação dos despojos de Rui para a Bahia, cerimônia da qual participaram, ainda, o Presidente da República, representantes de nações estrangeiras e várias outras autoridades. A segunda, cinco

⁷ Como se sabe, Lourenço Filho já se ocupara do assunto ao proferir, a pedido da Associação Brasileira de Educação (ABE), uma conferência de saudação à publicação do primeiro tomo das Obras Completas de Rui Barbosa (1942) e por ocasião da escrita do prefácio do tomo *Lições de Coisas* das mesmas Obras Completas. Ambos os textos foram reunidos no livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, publicado pela Melhoramentos em 1954.

dias depois, no Fórum Rui Barbosa, em Salvador. Ambas as conferências foram publicadas, ainda naquele ano de 1949, pela FCRB (BITTENCOURT, 1949a).

A publicação da FCRB não traz o título das conferências. No entanto, a segunda conferência foi, também, publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1952. Nessa publicação a conferência de Clemente Mariani ganha o título de *Rui e a educação* (BITTENCOURT, 1949b).

Segundo o ministro, tão logo recebeu o convite da Universidade da Bahia para pronunciar a conferência como representante daquela universidade, formou o

propósito de focalizar, em primeiro plano, Rui e a educação, seus trabalhos sobre instrução pública, sua crença no resultado do processo educativo, seu esforço, ainda que improficuo, para libertar-nos daquilo que considerou “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem” – “a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria.” (BITTENCOURT, 1949a, p. 27).

A escolha se devia, sem dúvida, à atualidade dos ensinamentos do mestre, pois, dizia Clemente Mariani, “tantas vezes encontrei, com efeito, na sua obra, a solução exata, o conselho justo, a orientação adequada, para os problemas de tão magna importância, cuja responsabilidade me foi confiada” (BITTENCOURT, 1949a, p. 27). Mas, completava o ministro, “ao procurar distinguir, na sua obra, os aspectos educativos, assalta-nos a perplexidade. Não é um capítulo, mas o todo. É a plenitude de sua vida, em todas as refrações de um prisma de mil faces” (p. 27-28).

É, pois, essa abordagem mais geral da obra de Rui, como pedagogo da nação, mais do que a exploração de um texto em particular, que marcará a leitura de Clemente Mariani sobre os aspectos educativos da obra de Rui Barbosa, pois “é na totalidade da sua vida, na pedagogia militante do seu acendrado amor à perfeição, que se encontra a sua lição fundamental” (BITTENCOURT, 1949a, p. 28), reafirmava mais à frente.

Num discurso em que sobressaem as tópicas, ou seja, as imagens, as palavras e evocações de uma retórica profundamente religiosa, Clemente Mariani, de forma explícita, vai comparar Rui, o pedagogo da nação, com o grande pedagogo da humanidade: Jesus Cristo. Assim, o calvário de Rui nada mais seria, em terras tupiniquins, do que o calvário vivido outrora por Cristo. Rui, ele sozinho uma universidade, teria ensinado, com zelo missionário, pela doutrina e pela experiência, o seu evangelho cívico. Rui Barbosa, “numa época em que as

ideias eram, ainda, em geral, ornatos, artificios, símbolos sem vida, da frívola inteligência de gerações sem experiência histórica e cultural” (BITTENCOURT, 1949a, p. 29), “banhado pela aura dos eleitos” (p. 29) havia buscado o caminho mais difícil da consagração pelo esforço e trabalho de toda uma vida.

Nosso herói moderno “foi um *sistema de ideias*, num país que jamais exigiu dos homens que as tivessem, para consagrá-lo” (BITTENCOURT, 1949a, p. 30). Mais do que isto, acrescentava o conferencista, “não se isolou na torre de marfim do castelo doutrinário” (p. 30) e “trouxe a sua verdade para a terra, e, no seio áspero da vida pública, nutria-a com a seiva de sua sinceridade e com o amor dos apóstolos” (p. 30).

A tópica que faz a vida de Rui Barbosa repetir e, assim, atualizar a vida de Cristo, ganha contornos épicos e maior abrangência quando Clemente Mariani afirma que a concepção liberal, pedra angular da filosofia ruiana, é uma “verdade que recebeu, desde criança, com a influência paterna, espécie de Monte Sinai de sua revelação” (BITTENCOURT, 1949a, p. 31) e “a ela afeição a formação do espírito, a sistematização da cultura e o evangelho normativo de sua existência” (p. 31).

O liberalismo seria o “sistema filosófico” dentro do qual Rui ordenara seu espírito e o procedimento. Assim, “no que fala, percebe-se o simbolismo da religião liberal; no que realiza, a inspiração do seu catecismo” (BITTENCOURT, 1949a, p. 32). É, pois, “do firmamento liberal a estrela que o guiou no seu caminho terreno, – a liberdade” (p. 32), acrescentava o ministro na mesma ocasião.

A liberdade para Rui, “como numa teologia liberal, é ela – princípio e origem – que fornece a luz e calor a esse universo criado pela Razão do homem” (BITTENCOURT, 1949a, p. 33). E esta, para Rui, longe de constituir um dualismo quando confrontada com a realidade, como queria Luís Delgado (1945), constitui um sistema monístico, uma vez que um é o plano das doutrinas, outro o da realidade “que, como toda esfera de conhecimento ou de atividade, é apenas um esboço, senão a negação da verdade abstrata” (p. 34). Demonstrando ter plena consciência da necessidade de o homem público mobilizar não apenas doutrinas, mas, em linguagem atual, repertórios dos mais variados para dar sentido à suas propostas e prática políticas, Clemente Mariani conclui: “o teórico não se preocupa em erigir o fato em princípio, a necessidade em direito, a realidade em verdade” (BITTENCOURT, 1949a, p. 34).

Na narrativa filosófico-religiosa mobilizada, entre a realidade, contingente e imperfeita, e a teoria, os princípios, há o terreno em que os homens e as circunstâncias agem na história. Tal como na história sagrada, afirmava Clemente Mariani,

o Gênesis do liberalismo cria em primeiro lugar a ideia, depois o regime, as instituições, a arquitetura jurídica e política da sociedade. Volta-se, somente então, para o seio da vida, da realidade, a ação da Providência. É a hora do apóstolo, para levar à terra a lição divina (BITTENCOURT, 1949a, p. 36).

Nesse percurso, Rui, ao estabelecer as bases da República brasileira, por meio da constituição, teria sido o Moisés de nossa história. Assim, como na natureza, em que a “geometria se transforma em *mecânica*, quando desce do mundo das ideias para o mundo das *forças*” (BITTENCOURT, 1949a, p. 37), para colocar em prática a Constituição, modelo ideal, seria precisa a política, a qual “procura enformar a realidade, dentro dos seus pontos de referência teórica, de seus moldes ideais, conhecer, organizar, manipular, governar as *forças reais* da sociedade e aplicar-lhes a forma e a técnica neles inspiradas” (p. 37-38).

Arquiteto e construtor da República, Rui seria também o profeta e o apóstolo que zelava pela legalidade constitucional e democrática, denunciando, sempre que preciso, o distanciamento dos governantes do catecismo liberal. Nisso, teria atuado Rui Barbosa como um verdadeiro educador nacional. Dessa longa romaria ascética e desenganada – que iniciou com o combate aos desmandos da ditadura de Floriano Peixoto, passando pelas campanhas à presidência até chegar ao “apostolado em 1919” (BITTENCOURT, 1949a, p. 51) –, teriam resultado frutos generosos os quais “anteciparam de vários lustros o progresso cívico do Brasil” (p. 51).

Na campanha na Bahia, em 1919, todo o povo, “como ao Filho de Deus, saiu ao seu encontro”, o que, para o conferencista é explicado pelo fato de que “se os símbolos criados pelo homem, embora refletindo a criação divina, podem ser um deles, na precária limitação da franqueza humana, um símile do Salvador, esse foi, sem dúvida, Rui Barbosa” (BITTENCOURT, 1949a, p. 53):

Vemo-lo, então entre os doutores do seu tempo, surpreendendo os mestres, como Abílio e Ibirapitanga, pela sua sabedoria e precocidade; vemo-lo desde cedo, pregando a sua verdade que era o evangelho do liberalismo, a libertação dos escravos, a correção dos costumes políticos, dos índices de corrupção e de vícios, dos processos deletérios das virtudes do cidadão e do político; pregando na imprensa, na praça pública, nos salões, sempre com timbre apostolar e a austera pureza do coração votado aos ideais e não aos interesses. Já os açoites vibram na sua mão, tentando expulsar do templo da vida pública, os vendilhões de todos os feitios (BITTENCOURT, 1949a, p. 53).

Como se vê, a retórica religiosa do discurso, apropriando-se de representações sobre Rui Barbosa, amplamente divulgadas, como aquelas que lhe impigem uma precocidade escolar⁸, vai reafirmando a similaridade entre as vidas do nosso herói com aquela do herói bíblico, à qual não poderiam faltar, evidentemente, os milagres, o calvário e, mesmo, a ressurreição. Os milagres, que “não são poucos”, seriam “milagres de fé humana e de santidade cívica, conversões dos fracos e ímpios à crença do seu apostolado, alegrias dadas ao povo em horas difíceis, triunfos imprevistos do bem sôbre o mal” (BITTENCOURT, 1949a, p. 56). Também “não lhe faltou nenhum dos quadros da paixão, nem a verônica e a noite de agonia. Dividiram-lhe a túnica ao pé da cruz, nas críticas profanas” (p. 57).

Mas, para Clemente Mariani, “o sol se apagou” (BITTENCOURT, 1949a, p. 58), a nação foi privada de seu “centro de gravitação” (p. 58) e, no entanto, “foi-nos permitida a ventura de assistir a sua Ressurreição” (p. 59):

Ressurreição em que resumiu a doçura e todo o vigor da fé, “flor do Calvário, flor da Cruz”, ressurreição, em cuja aleluia celebra hoje o Brasil a sua glória eterna e a sua lição iluminada. Ressurreição, “sorriso em que desabotoa o horror dos seus martírios”, cada vez mais vivo, e já agora consagrado como nome tutelar da nossa liberdade (BITTENCOURT, 1949a, p. 59).

Assim, numa espécie de oração cívico-religiosa, Clemente Mariani retomava, em novo plano, a mesma tópica do discurso que há vários anos se vinha construindo em relação ao ressurgimento, ao retorno de Rui Barbosa à cena social e política brasileira. Dessa tópica, no entanto, nem mesmo Fernando Azevedo irá se livrar, como veremos a seguir.

Fernando Azevedo: humanismo de Rui Barbosa

Passados apenas dois dias da conferência de Clemente Mariani, quem vai ocupar o mesmo espaço para falar sobre Rui Barbosa será Fernando Azevedo.

8 Somente em 1949 foram publicados três livros sobre a vida de Rui Barbosa para crianças e jovens, os quais atualizavam estas representações de precocidade. O primeiro dele, como vimos, saiu pela própria Casa e teve Cecília Meireles como autora. O segundo, de Vicente Guimarães, *Rui, biografia de Rui Barbosa para a infância e juventude*, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, o terceiro, de Pereira Reis Junior, *A vida de Rui Barbosa – para as crianças do Brasil*, em edição do autor.

Pelo que se sabe, Fernando Azevedo não foi convidado pela FCRB para participar da edição das Obras Completas, apesar de sua marcante presença no campo intelectual brasileiro. Aliás, do período, havia somente aquela apreciação nem um pouco positiva sobre Rui Barbosa publicada numa passagem de *A Cultura Brasileira* (AZEVEDO, 1943), a qual, diga-se, continuava intocada nas edições subsequentes da obra. A respeito das Obras Completas, consta, entre os documentos da FCRB, uma “Carta de Fernando de Azevedo a Américo Jacobina Lacombe, [em 24/09/46] agradecendo o envio do Volume XVIII, Tomo I, das ‘Obras Completas’ de Rui Barbosa. Ressalta a importância das publicações e da iniciativa do Ministério da Educação e Saúde” (AZEVEDO, 1946), a qual, no entanto, não pode ser consultada por não ter sido encontrada.

Fernando de Azevedo fora convidado para proferir a conferência por Anísio Teixeira, em nome do governador da Bahia, João Mangabeira, em 1º de outubro. Em telegrama a ele, dizia Anísio que:

Governador Mangabeira acaba encarregar-me convidá-lo pronunciar na Semana dos Centenários de cinco a doze novembro conferência sobre Rui Humanista. Peço-lhe não faltar a Bahia com essa homenagem sua inteligência ocasião celebra ela sua maior festa e centenário nascimento seu maior filho a quem você tem por certo uma grande dívida a saldar (VIDAL, 2000, p. 57).

Aceito o convite, a 18 de outubro, Anísio Teixeira volta a entrar em contato com Azevedo para agradecer o aceite e, sobretudo, para esclarecer:

Não pense que o convite não tenha sido objeto de grande meditação. Foi. Precisávamos de alguém que nos falasse de Ruy sem ser por encomenda. Alguém que o conhecesse como intelectual e, sobretudo, como humanista. O seu nome me ocorreu logo e logo foi aceito com entusiasmo. Teremos, graças a V., um estudo que nos dê uma posição de Ruy na história da cultura brasileira. Algo que nos signifique a sua contribuição permanente e duradoura ao espírito brasileiro. O pensamento de Ruy em vez de sua eloquência. Esta é a minha confiança (VIDAL, 2000, p. 58).

Anísio convida, ainda, Fernando Azevedo para adiantar sua viagem de modo a participar de toda a semana de festa. Este, no entanto, por algum motivo,

hesita em ir e, ao que parece, comunica que não irá, motivo pelo qual Anísio lhe dirige, por telegrama, um apelo, em 3 de novembro, dizendo: “profundamente entristecido sua resolução pedimos tudo fazer sentido reconsiderar pois há imensa expectativa a sua conferência e governador muito se empenha sua vinda telegrafe. Saudoso abraço cheio de confiança sua vinda Anísio” (VIDAL, 2000, p. 59).

Azevedo atende aos apelos de seu amigo e, a 10 de novembro, profere a conferência que ganha o título de *Rui e o humanismo*. O texto da conferência foi publicado no ano seguinte pelo governo do estado da Bahia (VIDAL, 2000, p. 175) e, em 1952, no livro *Na batalha do humanismo* (AZEVEDO, 1952). É o texto publicado no livro que vamos aqui utilizar.

No texto relativo à conferência de Fernando Azevedo sobre *Rui e o humanismo*, três aspectos chamaram a nossa atenção. Em primeiro lugar, a escrita rebuscada, hermética, de difícil compreensão para os não iniciados e, sobretudo, imagino, de difícil compreensão para quem apenas a ouviu. Em segundo lugar, Fernando Azevedo ignorou solenemente a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa que vinha sendo levada a cabo pela FCRB. Não apenas não se refere ao trabalho de edição como, nas citações, prefere referir-se aos textos publicados antes dos anos de 1940. Finalmente, também chama a atenção o fato de o conferencista referir-se muito pouco às questões relacionadas diretamente à educação, à área de sua reconhecida competência e na qual continuava militando.

Estaria Azevedo escondendo, por detrás de um texto formalmente construído, algum desconforto com o convite ou com a situação ou, mesmo, com o fato de falar sobre Rui Barbosa? Estaria ele, ainda, evitando o debate com Thiers Moreira, com Lourenço Filho e com Américo Lacombe que uma referência às Obras Completas por certo demandaria? Se não temos respostas a estas questões, o fato é que a abertura do texto de sua conferência parece indiciar que algo estava ocorrendo em seu interior. Segundo ele:

Entre as vozes que se ergueram na Bahia, para exaltarem a memória do maior de seus filhos, em suas maiores festas a que convocou alguns e de que, nos vários pontos do território nacional, participam todos os brasileiros por igual empenhados, na mais profunda solidariedade, em celebrar o centenário do nascimento de Rui Barbosa, é certamente esta que, por deliberação e graça do eminente Governador do Estado, ides agora ouvir, na “sua apagada e vil tristeza”, a mais desconcertante, não por destoar do coro uníssono de louvores à figura singular, mas pelo contraste entre a desordem e as paixões contemporâneas e o tipo ideal humano que ela encarnou (AZEVEDO, 1952, p. 111).

Fernando Azevedo, mesmo tendo sido alertado por Anísio Teixeira, sabia que não podia deixar de se referir a Rui Barbosa como exemplo de eloquência e de sua presença entre os “maiores da língua portuguesa, ao lado de Camões, Vieira, ou Bernardes, de Castilho, Castelo Branco ou Machado de Assis” (AZEVEDO, 1952, p. 111-112). Mas, como queria o amigo, Azevedo passa rapidamente por este aspecto para, em seguida, chamar a atenção para a atualidade de Rui Barbosa. Para ele, o que se vê é um contraste enorme entre aquilo que pregava o mestre baiano e a realidade atual, seja no círculo das nações, seja no que se refere à liberdade e às instituições democráticas, seja em relação ao parlamento e aos partidos políticos.

Por isso, [dizia o conferencista] quando comecei a refletir sobre tudo que em Rui é espiritualmente universal e parece pertencer a tôdas as épocas, sôbre o que ele evangelizou para todos os povos, afigurou-se-me assistir, no país e no mundo, a um vasto tumulto de motejos, hostilidades e incompreensões, por entre os quais na assembléia dos homens, desnorteados e impacientes, divagaria como um fantasma a sombra do venerável Rui, lançando-lhes a mesma apóstrofe com que Cavalloti respondeu aos clamores com que na Câmara italiana acolheram o novo deputado republicano os membros da direita: “Consciências inquietas, respeitai as consciências tranquilas” (AZEVEDO, 1952, p. 113).

Segundo Azevedo, a civilização da qual Rui havia assistido o fim dera lugar a uma outra, marcada pela preponderância da técnica e das forças materiais, pela violência extrema e, dentre outras, pela “ímpetuosidade devastadora das paixões humanas” (AZEVEDO, 1952, p. 113). Isso significava, também, que as tradições intelectuais humanistas haviam sofrido uma derrota, sendo, pois, consideradas ultrapassadas. Seguindo no diagnóstico pessimista de seu tempo, conclui:

Em lugar do apêlo ao direito, o recurso à força bruta, com que as armas se recusam a ceder à toga; onde estava o respeito à vida e à dignidade da pessoa humana, a criação de Estados monstruosos, concebidos não como um meio mas como um fim em si mesmos; em vez de equilíbrio entre os valores materiais e os valores espirituais, a invasão tumultuosa de forças que a ação do próprio espírito pôs em movimento e desencadeou, mas que com a mesma surpresa dos aprendizes feiticeiros, da lenda medieval, não teve ainda tempo de governar, tendo tido a audácia de descobri-las sem

haver arrebatado à natureza o segredo de suspendê-las ou discipliná-las (AZEVEDO, 1952, p. 113).

É necessário, pois, a mobilização da tradição humanista para pôr ordem no mundo, sob pena de uma verdadeira regressão da humanidade a um estado instintivo. Neste sentido, Rui, que no interior da tradição humanista ocidental, “marca o ponto mais alto, na América, dessa larga e generosa concepção de vida” (AZEVEDO, 1952, p. 115), demonstrou dar uma contribuição fundamental nos vários campos de sua atuação profissional e política. Num longo e bem elaborado elogio à forma com que Rui elabora seus trabalhos, Azevedo busca demonstrar que estes, apesar de sua linguagem rebuscada e clássica, não deixam de conservar “a espontaneidade, o vigor e o movimento, nem lhe diminuiram a plasticidade e a adaptação ao ritmo intenso da vida e ao sentido de suas paixões” (p. 116).

O humanismo de Rui não seria do tipo derrotista ou daquele que se afastou da vida. Pelo contrário, dirá Azevedo, é aquele que “toma do encontro com o homem concreto e seus problemas os elementos para se renovar no seu conteúdo, e refrescar a sua linguagem, para falar aos homens de seu tempo e tornar-se acessível a todas as épocas” (AZEVEDO, 1952, p. 119). Tendo passado a vida toda falando aos homens, Rui teria, daí, aprendido não só a compreender, mas também a fazer compreender.

Se a base do humanismo de Rui é a tradição clássica, as culturas modernas o enriqueceram e o alargaram. Por isso, não se observa em sua obra nenhum divórcio entre as humanidades e as ciências, entre a formação humanística e a formação científica, ou, nas palavras de Azevedo,

da preeminência entre os estudos científicos e os estudos morais e literários. Não era esse, por certo, o pensamento de Rui, como podeis ver em toda a sua obra, e particularmente, nos pareceres magistrals sobre o projeto de reforma do ensino no império. Para êle, não é a luta, não é o antagonismo que se deve estabelecer entre as faculdades do espírito humano, mas o concurso e a harmonia (AZEVEDO, 1952, p. 119).

Assim, evocava a figura de um Rui Barbosa como intelectual moderno que, fazendo a síntese entre o humanismo clássico e o moderno, entre estes e a ciência e a tecnologia, difundia, qual num apostolado, “as verdades universais e os valores eternos” (AZEVEDO, 1952, p. 123); de um Rui que faz a síntese entre

o humanismo teológico, transcendente, e o humanismo imanente, humano; a mensagem de Deus e a mensagem da civilização; o evangelho da ordem da caridade e o apostolado da lei e do direito, em que se realizaram [...] o acordo do sentimento religioso com a mais clássica razão e, no prodigioso orador, a harmonia da razão humana com o ideal cristão de beleza moral (AZEVEDO, 1952, p. 132).

Ao fazê-lo, Fernando Azevedo não apenas atendia aos pedidos do amigo Anísio Teixeira e saldava a dívida, evocada por este, de um pronunciamento sobre o jurista baiano, como também o fazia de uma forma lapidar. Não deixava, porém, de tomar partido nas disputas pelas quais o legado ruiano vinha passando, naqueles anos 1940, no campo da educação: a sua conferência é um contraponto à leitura de Thiers Martins Moreira, por exemplo, que acusa o excesso de ciência ou o otimismo cientificista na obra de Rui. Mas, não poderia ser ela, também, um contraponto à leitura um tanto quanto metodologizante e pragmática de Lourenço Filho no seu afã de mostrar a atualidade de Rui?

Lourenço Filho e a pedagogia de Rui Barbosa

Em 1949, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) organizou um *Curso Rui Barbosa*, que reuniu um número significativo de intelectuais e políticos brasileiros, dentre os quais figuravam Pedro Calmon, Jacobina Lacombe, Levi Carneiro e Edgard Batista Pereira⁹. Para falar sobre a educação na obra de Rui Barbosa, foi convidado o professor Lourenço Filho. Para esta conferência, ele preparou um texto que, junto a alguns outros, foi publicado no livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, em 1954, conforme já se informou. É este texto publicado no livro o objeto de nossa atenção neste momento¹⁰.

9 Os temas e os textos de alguns destes convidados foram publicados no n. 205 da *Revista do IHGB*, referente ao período de out./dez. de 1952. A edição da revista, no entanto, só foi realizada em 1952 e nela não consta o texto de Lourenço Filho. Apesar de Ruy Lourenço Filho, organizador da 4ª edição do livro, dizer que o texto teria sido “escrito e apresentado” no Instituto Histórico e Geográfico (IHG) do Rio de Janeiro, em 1949 (p. 26), pensamos que se trata mesmo do IHGB, pois o IHG do Rio de Janeiro somente foi fundado em 1957.

10 A inclusão deste texto em nossa análise merece uma explicação. Apesar de ele não ter sido publicado na revista do IHGB junto aos outros textos do curso em 1952 e de ter sido publicado apenas em 1954 no livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, já citado, temos indícios de que o texto já estava escrito em 1949 e que, portanto, se encaixaria em nosso critério de incluir apenas textos

Como que a dizer que a obra de Rui deveria ser lida como um *repertório* das ideias e projetos pedagógicos em circulação naquele final de século XIX, Lourenço Filho indica que tais textos devem ser lidos ora buscando a “harmonia de um sistema” ora as “razões de ordem prática” (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 11) que mobilizavam os atores nas disputas nas quais se encontravam.

A apreciação geral que Lourenço Filho faz sobre a obra pedagógica de Rui Barbosa não deixa dúvida quanto à posição que, para ele, os textos do jurista ocupam na história do pensamento educacional brasileiro:

[...] na mole imensa de cultura que nos legou, os escritos pedagógicos representam papel relativamente diminuto. Mas, em Rui, o diminuto é, ainda e sempre, copioso. [...] Quaisquer que tenham sido, aliás, as circunstâncias, a forma de produção e a extensão, bastariam êses escritos para que o nome do autor fôsse incluído no rol de nossos maiores pedagogistas, e para que o seu pensamento tivesse influído, como continua a influir, sôbre gerações sucessivas de mestres e estudiosos da especialidade, em nossa terra (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 14).

Quais são, para Lourenço Filho, as razões que justificam essa posição?

Várias são as razões dêses fatos. A primeira é a de que Rui, como em tantas outras coisas, figura como precursor. Foi sem dúvida, no Brasil, o primeiro a tratar da pedagogia como problema integral de cultura, isto é, problema filosófico, social, político e técnico, a um só tempo. A segunda é a de que tais escritos não se separam do conjunto de sua vida pública, nela representando, muitas vêzes, a chave para a compreensão de muitas passagens de suas lutas, e de mudanças que apresentou em certas idéias e atitudes. Por último, a oportunidade com que trabalhou tais assuntos, em momento de rápida evolução de doutrinas sociais e educativas, no mundo em geral, em nosso país em particular (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 14).

que tenham sido elaborados e/ou publicados até 1949. O indício mais forte é o de que o autor cita apenas trabalhos que já estavam publicados em 1949. De outra parte, dificilmente Lourenço Filho ignoraria o texto de Fernando Azevedo, sobre Rui Barbosa, publicado em 1950 pelo Governo da Bahia e em 1952 no livro *Na batalha do humanismo*, apresentado acima. Há, ainda, a afirmação do organizador da 4ª edição do livro *A Pedagogia de Rui Barbosa*, referida acima, de que o texto teria sido “escrito e apresentado” em 1949.

E lembra, em seguida, que a importância do trabalho de Rui pode ser aquilatada, também, por seus “efeitos” em Veríssimo, Romero, Bordeaux Rego, Monteiro, Miguel Couto, Teixeira de Freitas, Mário Pinto Serva, “para não citar outros” (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 14). Assim, ao contrário de Fernando Azevedo, que via nos pareceres de Rui Barbosa um amontoado desconexo de citações desassociadas da realidade brasileira, Lourenço Filho vê aí uma produção coerente e profundamente engajada nos embates de seu tempo. A este respeito, ele afirma:

Nos escritos pedagógicos, sôbre a aparência desnorteadora das citações, ou na variedade de fatos e opiniões, que transcreve, há todo um sistema seu, uma nova trama de relações, no encarar os elementos da cultura, do mundo, da liberdade e do espírito. Há, aí, enfim, uma pedagogia integral (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 20).

É com esta perspectiva de leitura que, no texto que resulta da conferência proferida no IHGB e que abre o livro, Lourenço Filho busca mostrar os estreitos vínculos dos pareceres de Rui Barbosa com as discussões políticas, pedagógicas, sociais e científicas daquele final de século XIX. Para ele, Rui é, antes de tudo, um homem que busca respostas às grandes questões de seu tempo e, para isto, inspira-se no que há de melhor na produção intelectual em todas essas áreas sem, no entanto, deixar de construir um pensamento autêntico e original. Segundo ele,

ainda traduzindo, repensava; ainda citando, revia-se no pensamento alheio, para descobrir-lhe novas relações; abeberando-se numa multiplicidade de fontes, não podia escravizar-se a nenhuma delas. Rui confirmava que o pensador mais original não é o que tem um só mestre, mas o que tem muitos (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 20).

Assim, o texto de Lourenço Filho busca postar a produção de Rui Barbosa no rol daquelas que, na segunda metade do século XIX, buscam mobilizar os conhecimentos e experiências produzidas nas mais diversas áreas do saber e nas mais diversas realidades para propor soluções aos problemas educacionais diagnosticados. Ou seja, de forma contundente ele reafirma continuamente a relação entre ideias e realidade social na obra de Rui Barbosa.

Para o que nos interessa nesta tese, é particularmente relevante a forma como Lourenço Filho entra nos debates que, naqueles anos 40 do século XX, buscavam aquilatar a contribuição de Rui Barbosa à cultura intelectual brasileira. Ao contrário de Oliveira Viana, que via em Rui um marginalizado, um estrangeiro dentro de seu próprio país, Lourenço Filho lançará Rui Barbosa numa outra tradição de pensamento: a romântica. E, a este respeito enfatiza:

A êsse propósito, particularmente em relação às coisas do direito, em recente e grande livro, Oliveira Viana [nota: Instituições políticas brasileiras] salienta o que chamou o “marginalismo” de Rui. Pelo pensamento vivia ele fora do país; era inglês, ou norte-americano, que propunha soluções inadaptáveis às condições de sua gente. [...] No plano dos problemas pedagógicos, no entanto, essa “marginalização”, se existente, de muito se reduzia. Não ousaríamos chamá-lo, aí, de marginal. O seu pensamento é influenciado por aquilo que Ortega y Gasset assinala em certo tipo de grandes homens – a dificuldade em propor-se a verdadeira perspectiva cultural de seu tempo. É assim, no sentido sociológico, um ‘romântico’, não hum marginal. As ideias, ele as poderia antecipar, mas nem por isso seriam absurdas ou inexequíveis. Quase tudo o que pregou, com efeito, ou que propôs, outros países em condições similares às nossas o realizaram, à época – a Argentina, por exemplo. E, entre nós, muito do que imaginou, devia fazer-se realidade, mais tarde (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 19).

Por fim, cabe salientar que a Lourenço Filho não passou despercebido, evidentemente, o fato de Rui Barbosa se ocupar de questões pedagógicas apenas num curto período de sua vida (entre 1882 e 1886). Assim, ele tenta também entender, e justificar, porque Rui teria deixado de se interessar pelo assunto a partir de 1886. “É estranho na realidade, verdadeiramente estranho, que Rui não tenha volvido à seara” (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 17). Mas procura mostrar que a preocupação com a instrução popular continuará a acompanhar Rui durante toda vida, mesmo que não seja com o mesmo “ardimento” (p. 17). Uma das formas de atualização desta preocupação, em Rui, seria na defesa da liberdade, pois esta, para ser verdadeira, depende da educação/instrução do cidadão. “Em face das realidades do país, ou de sua miséria, teria ele de planejar uma transformação radical mediante a educação do povo” (p. 19).

Ficava, assim, estabelecida a centralidade da educação no pensamento de Rui Barbosa e, mais do que isto, a sua contribuição sem igual à pedagogia brasileira. Nesta leitura, para ele, como para o grupo de *profissionais da educação*

ao qual Lourenço Filho buscava se filiar, a reforma social far-se-ia pela reforma educacional ou não seria realizada. O Rui Barbosa pedagogo fundia-se ao Rui Barbosa reformador social e, desse modo, estava pronto para ser apropriado, nos anos vindouros, por várias gerações de professores e pesquisadores da educação.

Conclusões

Em 5 de novembro de 1949, em solenidade em homenagem a Rui Barbosa na Academia das Ciências de Lisboa, o Professor da Faculdade de Direito e membro da Academia das Ciências de Coimbra, José Bezeza dos Santos, lembrou o homenageado dizendo: “Dele escreveu Álvaro Lins: ‘Não é uma figura histórica, mas um contemporâneo. Há uma presença de Rui Barbosa a condenar, a advertir, a profetizar e a confiar a despeito de tudo’” (SANTOS, 1950).

Sob a direção de Américo Jacobina Lacombe, a iniciativa de publicação das obras completas se materializará num claro projeto de Estado no campo político-cultural. Como características desse projeto, podemos citar, dentre outras, a exaltação da figura de Rui Barbosa; a constituição do seu *legado* para os variados campos em que atuou ou que produziu – jornalístico, jurídico, educacional, político, linguístico-filológico; o combate a interpretações discordantes ou alternativas da contribuição de Rui Barbosa à cultura e à política brasileiras; e a produção de Rui Barbosa como herói nacional e *tipo* exemplar do cidadão-intelectual brasileiro.

Também o momento de celebração do centenário de nascimento de Rui Barbosa será marcado pela produção e exaltação de seu “legado” para a cultura brasileira. Ambos os movimentos – de publicação das Obras Completas e de celebração do centenário – fazem parte de um mesmo investimento de demonstrar, a um só tempo, a atuação marcante do jurista, político e intelectual baiano na defesa das mais nobres causas, dentre elas a da educação, e a sua contemporaneidade na discussão dos grandes desafios que marcam o país naquele momento.

No caso da preocupação e presença de Rui Barbosa nas discussões e na elaboração de propostas para a educação, apesar de esta temática ter ocupado intensos, mas esparsos, momentos de sua vida pública, os esforços de Clemente Mariani e, sobretudo, de Lourenço Filho lograrão êxito em constituir Rui Barbosa como uma referência importante para a história do pensamento e das políticas educacionais brasileiras. No caso de Fernando Azevedo, apesar do distanciamento crítico observado na Cultura Brasileira, ele não pôde deixar de atender ao pedido do amigo Anísio Teixeira e, ao proferir a conferência encomendada, não

deixa de, ele também, estabelecer o “legado” de Rui Barbosa como momento, um documento e um monumento da cultura e da educação brasileiras. Ao fazê-lo, seu esforço se conjuga ao demais no estabelecimento de uma herança que ainda hoje marca o pensamento social e educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.

_____. *Carta de Fernando de Azevedo a Américo Jacobina Lacombe, agradecendo o envio do Volume XVIII, Tomo I, das “Obras Completas” de Rui Barbosa*. Ressalta a importância das publicações e da iniciativa do Ministério da Educação e Saúde. São Paulo, 24 set. 1946. Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. *Na batalha do humanismo*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa – Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: FCRB, 1949.

BITTENCOURT, Clemente Mariani. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949a.

_____. Rui e a educação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, p. 187-202, out./dez. 1949b.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB). *Relatório de atividades relativas ao ano de 1946*. Rio de Janeiro: FCRB, 1947.

_____. *Relatório de atividades relativas ao ano de 1947*. Rio de Janeiro: FCRB, 1948.

_____. *Relatório de atividades relativas ao ano de 1948*. Rio de Janeiro: FCRB, 1949.

_____. *Relatório de atividades relativas ao ano de 1949*. Rio de Janeiro: FCRB, 1950.

DELGADO, Luís. *Rui Barbosa, tentativa de compreensão e síntese*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A publicação das obras completas de Rui Barbosa: edição e sociabilidades intelectuais – 1930-1949*. Tese (Concurso para Professor Titular) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: FCRB, 2010.

GONÇALVES, João Felipe. “As imponentes festas do sol”: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa. In: LUSTOSA, Isabel et al. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: FCRB, 2000. p. 151-204.

LOURENÇO FILHO, M. B. *A pedagogia de Rui Barbosa*. Organização de Ruy Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MACHADO, Maria C. G. *Rui Barbosa – Pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: FCRB, 2002.

MEIRELES, Cecília. *Rui: pequena história de uma grande vida*. Rio de Janeiro: FCRB, 1949.

SANTOS, José Beleza dos. *Rui Barbosa – valor e actualidade da sua formação jurídica*. Lisboa: [s.n.], 1950.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: FCRB, 1949.

VALDEMARIN, Vera T. *O liberalismo demiurgo*. São Paulo: Cultura Acadêmica/GEICD, 2000.

VIDAL, Diana. *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando Azevedo (1929-1971)*. Bragança: EdUFS, 2000.

Texto recebido em 07 de outubro de 2013.

Texto aprovado em 16 de outubro de 2013.